

**19. COBERTURA DE SEGUROS**

É política da Companhia, manter cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado e estoques suscetíveis a sinistros para fazer face aos riscos envolvidos, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2016 o valor da cobertura de seguro monta em R\$267.463.

**20. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA**

• A Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa; portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:  
• Durante o exercício de 2015, a Companhia adquiriu ativo imobilizado no valor de R\$4.310 (R\$1.812 no exercício de 2015) cujo valor a ser pago está reconhecido em fornecedores, no passivo circulante, e com os respectivos impostos a recolher.

**21. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 19 de fevereiro de 2018.

**José Marquede Felix dos Santos**

Contador CRC - PA 010761-O/7

**Adelino Miguel Marinho de Gouveia**

Diretor Financeiro

**Paulo de Tarso Serpa Fagundes**

Diretor

**Ricardo Monteiro Lara**

Diretor de Operações

**Pará Pigmentos S.A.**

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2016 e Relatório do Auditor Independente. Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos Acionistas e Administradores da Pará Pigmentos S.A.

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Pará Pigmentos S.A. ("Sociedade"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, devido à importância dos assuntos mencionados nos itens a) a g) da seção "Base para opinião adversa", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pará Pigmentos S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião adversa**

**a)** Conforme descrito na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a recuperar no Estado do Pará no montante de R\$40.695 mil (R\$40.779 mil em 31 de dezembro de 2015). Entretanto, a realização desses créditos depende de eventos futuros que não estão sob o controle direto da Administração; portanto, entendemos que uma provisão para não recuperação desses créditos, no montante de R\$38.348 mil, deveria ser registrada em 31 de dezembro de 2016 (R\$39.756 mil em 31 de dezembro de 2015). Consequentemente, o ativo não circulante e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 estão superavaliados em R\$38.348 mil (R\$39.756 mil em 31 de dezembro de 2015) e o prejuízo referente ao exercício findo naquela data está superavaliado em R\$929 mil, líquido de impostos (em 31 de dezembro de 2015, o lucro líquido está subavaliado em R\$714 mil, líquido de impostos).

**b)** Conforme descrito na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava imposto de renda a recuperar no montante de R\$5.370 mil (R\$4.092 mil em 31 de dezembro de 2015). Considerando que não há histórico recente de compensações desses valores e informações suficientes para justificar sua manutenção como ativo, entendemos que uma provisão para não recuperação desses créditos no montante de R\$3.933 mil (R\$3.933 mil em 31 de dezembro de 2015) deveria ser registrada. Consequentemente, o ativo circulante e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 estão superavaliados em R\$3.933 mil (em 31 de dezembro de 2015, o ativo circulante e o patrimônio líquido estão superavaliados em R\$3.933 mil). Não há efeito no resultado de 2016.

**c)** A Companhia registrou em exercícios anteriores provisão para riscos fiscais, cujo saldo em 31 de dezembro de 2012 totalizava R\$4.916 mil, referente a eventuais riscos identificados nos procedimentos de diligência realizados pelos assessores jurídicos da Companhia quando da sua aquisição pelo Grupo Imerys. Em 2013, a Administração da Companhia reverteu o montante de R\$1.750 mil da provisão anteriormente mencionada em decorrência da avaliação de seus assessores jurídicos. Entretanto, não há evidências suficientes de que esses valores deveriam ter sido revertidos conforme preceitos estabelecidos pelo pronunciamento técnico CPC 15 – Combinação de Negócios. Como decorrência desse fato, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o passivo não circulante encontra-se subavaliado e o patrimônio líquido encontra-se superavaliado em R\$1.750 mil.

**d)** Conforme descrito na nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava imposto de renda e contribuição social diferidos ativos no valor de R\$1.433 mil (R\$1.433 mil em 31 de dezembro de 2015), sobre diferenças temporárias dedutíveis, com base na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. Conforme o pronunciamento técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, o imposto de renda e a contribuição social diferidos devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis contra os quais a diferença temporária dedutível possa ser utilizada. Em face da incerteza de lucros tributáveis futuros, existe também a incerteza de realização desse saldo. Consequentemente, o ativo não circulante e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 encontram-se superavaliados em R\$1.433 mil (em 31 de dezembro de 2015, o ativo não circulante e o patrimônio líquido estão superavaliados em R\$1.433 mil e o lucro líquido superavaliado no mesmo valor). Os efeitos no resultado de 2016 não são materiais.

**e)** A Companhia não apresentou estudos que demonstrassem o valor recuperável dos bens do ativo imobilizado conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem fomos capazes de aplicar procedimentos alternativos de auditoria para nos satisfazerem quanto à necessidade ou não de ajustes nas demonstrações financeiras. Consequentemente, o escopo dos nossos exames não foi suficiente para nos permitir formar uma opinião quanto à adequação dos valores representativos do ativo imobilizado e sua apresentação nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

**f)** Conforme descrito na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, a controlada PPSA Overseas Ltd. alterou no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 sua moeda funcional para dólar norte-americano. Considerando que não houve mudança nas operações dessa controlada, nem foram apresentadas as análises e documentação que fundamentam tal alteração, o escopo dos nossos exames não foi suficiente para nos permitir formar uma opinião quanto à adequação dessa alteração, nem sobre os possíveis impactos, se houver, no resultado do exercício e patrimônio líquido da Companhia.

**g)** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia regularizou determinados assuntos que correspondiam a situações contábeis identificadas e reportadas em exercícios anteriores, tais como:

- (i)** riscos cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais no montante de R\$13.701 mil na controladora e no consolidado considerados como prováveis que não tinham sido provisionados;
- (ii)** a Companhia não adotava a prática de constituir a provisão para redução dos estoques ao seu valor realizável líquido, apesar de os procedimentos de auditoria e os controles internos da Companhia indicarem a existência de determinados itens de estoque que seriam passíveis de provisão para redução ao valor realizável líquido;
- (iii)** a Companhia não preparou estudos e análises relacionados à necessidade de atualização monetária das contingências e reconhecimento de provisão por contratos com honorários de sucesso firmados com seus assessores jurídicos; e
- (iv)** a Companhia reverteu parte da provisão para recuperação de danos ambientais e/ou para obrigações por conta do fechamento de mina no valor de R\$6.059 mil; todavia, não fomos capazes de aplicar procedimentos de auditoria para nos satisfazerem quanto à reversão desse valor, tampouco quanto ao registro e à apresentação do valor remanescente da provisão no montante de R\$4.909 mil. No exercício corrente, a Companhia registrou os efeitos dos referidos assuntos no resultado, sem observar o previsto no pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, que requer a reapresentação dos valores comparativos para o período anterior apresentado. Consequentemente, nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do período corrente também inclui modificação em decorrência dos possíveis efeitos desses assuntos sobre a comparabilidade dos valores de período corrente e valores correspondentes.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e à sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião adversa.

**Ênfase****Transações com partes relacionadas**

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras, que menciona que a Companhia mantém operações em montantes significativos com partes relacionadas, as quais são efetuadas em condições comerciais estabelecidas em comum acordo entre as partes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

**Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a

não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia e de sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de sua controlada.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2018

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**  
Auditores Independentes  
CRC nº2 SP 011609/O-8

**André Rafael de Oliveira**  
Contador  
CRC nº 1 SP 220308/O-1

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2018 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

**Protocolo: 296723**